

Ans Const

FOLHA DE S. PAULO

17 AGO 1986

Mulheres fazem propostas para a Constituinte

Da Sucursal de Brasília



CONSTITUINTE 86 Leis mais rigorosas para os crimes de violência sexual, igualdade de condições para disputar o mercado de trabalho e criação de creches nas empresas são as reivindicações mais comuns que têm chegado ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) para serem levadas ao Congresso constituinte. Desde novembro do ano passado, quando o conselho iniciou a campanha "A Mulher na Constituinte" que sugestões de grupos feministas, grupos de mães e de partidos políticos estão sendo colecionadas para serem discutidas no encontro nacional "Mulher e Constituinte", marcado para o próximo dia 26, em Brasília.

São mais de quinhentas cartas, muitas com propostas identificadas como feministas mas outras tantas com sugestões de preservação das tradições. O CNDM vai apresentar reivindicações como a do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo que propõe "igualdade entre os cônjuges tanto em direito quanto em deveres na administração do núcleo familiar". Há também a proposta de uma mulher de Recife (PE) que quer a inclusão de um dispositivo na nova Constituição que obrigue o marido a dar "assistência sexual à mulher".

As alunas da 2ª série do curso técnico de secretariado do Colégio Brasília, de São Bernardo do Campo (SP) enviaram suas sugestões ao conselho. A maioria delas — com idade entre quinze e dezenove anos — manifestou-se contra a legalização de aborto, à exceção dos casos de estupro, como já prevê a legislação atual. A unanimidade de reivindicações fica por conta da violência sexual. Mulheres de todas as idades e entidades manifestaram-se pelo rigor nas penas de crimes sexuais. Uma das estudantes do Colégio Brasília, de dezessete anos, quer que os homens que espancam mulheres sejam "condenados à prisão perpétua".

Reforma Agrária

A União das Mulheres de Divinópolis, a cerca de oitenta quilômetros a sudoeste de Belo Horizonte (MG) reivindica uma reforma agrária radical, garantia de soberania nacional e liberdades democráticas. E mais: salário-maternidade para a mãe solteira, obrigatoriedade de educação sexual nas escolas e que a divisão do trabalho doméstico entre os sexos seja obrigatória em lei. Muitas das cartas que chegam ao Conselho da Mulher contêm propostas que fogem à competência do Congresso.

Em longa carta destinada ao presidente José Sarney e remetida ao conselho, representantes da Associação Brasileira para o Rearmamento Moral, Associação das Viúvas dos Militares das Forças Armadas, União Cívica Feminina e Movimento das Mulheres do PFL, entre outras, propõem que na nova Constituição "sejam asseguradas formas democráticas de preservar os valores, as tradições, o espírito cívico e moral da nacionalidade". Elas criticam "as insinuações e distorções sobre educação sexual apresentadas em publicações oficiais de ensino".

A Academia Feminina de Letras e Artes do Estado de São Paulo, restringiu sua participação a duas sugestões de ordem econômica. Elas querem que "os filhos de concubina só tenham direito a herdarem bens adquiridos a partir de sua união com o combinário". As escritoras e artistas plásticas de Goiás, membros da academia, querem que as pensionistas recebam vencimento integral, ao invés de só a metade como determina a legislação atual.

Dona-de-casa

O Conselho da Mulher recebeu inúmeras sugestões de tornar remun-

nerado o trabalho da dona-de-casa. Uma estudante do Colégio Brasília, de quinze anos, argumenta: "Um jogador de futebol que só corre atrás da bola ganha milhões enquanto uma dona-de-casa não ganha nenhum centavo". A proposta encontra resistência dentro do próprio CNDM. Para Marilise Vinagre, membro do conselho, "é preciso cuidado com esta proposta". Remunerar a dona-de-casa, disse, pode significar perpetuá-la nesta função. "Como ela vai receber do próprio marido? Não seria melhor dividir as tarefas domésticas entre todos os membros da família?" pergunta.

Do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Natal (RN), chegou a proposta de alteração no artigo da Constituição que estabelece a igualdade do cidadão perante a lei. O conselho de Natal quer que conste explicitamente que "homens e mulheres são iguais perante a lei" (o artigo 153, parágrafo 1º, diz: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça").

A Comissão da Mulher do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro sugere a licença-paternidade e a posse da terra para as mulheres. A Associação dos Professores do

Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apóesp) reivindica albergues para abrigar mãe solteira durante o tempo necessário, desde que ela não encontre apoio na família e para as mulheres vítimas de violência por parte do marido.

Aposentadoria

Do Rio de Janeiro, o conselho recebeu uma carta que chamou a atenção de conselheiros e funcionários. É de uma mulher de 72 anos, residente no Rio de Janeiro. Ela diz que o marido, professor aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebe aposentadoria que garante uma vida modesta ao

casal. "Mas, e depois?", pergunta ela. "Já temo o futuro", diz antes de sugerir que seja estabelecida a pensão integral às viúvas.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, segundo sua presidente, Jacqueline Pitanguy, 40, espera reunir mulheres das mais diversas atividades profissionais, de todas as classes sociais e de todos os partidos políticos, no encontro do dia 26. "A carta das mulheres — diz — que entregaremos às autoridades e aos candidatos e candidatas à Constituinte que estejam identificados com nossas propostas, significará um passo histórico na luta contra a discriminação da mulher".